

Comunicado
Balço Patrimonial do Ame Jardim Prados

Associação Congregação de Santa Catarina Ambulatório Médico de Especialidades - Ame - Jardim dos Prados

CNPJ 60.922.168/0039-59
Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado Exercício findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.269	3.272	Fornecedores	6	-	519
Estoques		62	38	Obrigações trabalhistas	7	268	816
Créditos diversos		1	87	Obrigações tributárias		86	38
Total ativo circulante		2.332	3.397	Outras contas a pagar		31	136
Não circulante				Total do passivo circulante		385	1.509
Imobilizado	5	2.186	2.309	Não circulante			
Intangível	5	213	222	Bens públicos em nosso poder	8	2.399	2.531
Total do ativo não circulante		2.399	2.531	Total do passivo		2.784	4.040
Total do ativo		4.731	5.928	Patrimônio Líquido			
				Patrimônio social	9	1.888	776
				Superávit acumulado		59	1.112
				Total do patrimônio líquido		1.947	1.888
				Total do passivo e patrimônio líquido		4.731	5.928
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de Reais)							
		Patrimônio social	Imobilizações pertencentes à Gestão Pública	Superávit acumulado		Total do patrimônio social	
Saldo em 1º de dezembro de 2013		776	2.528	-		3.304	
Transferências de "Bens públicos em nosso poder" para passivo não circulante		-	(2.528)	-		(2.528)	
Superávit do exercício		-	-	1.112		1.112	
Saldo em 31 de dezembro de 2013		776	-	1.112		1.888	
Incorporação ao patrimônio social		1.112	-	(1.112)		-	
Superávit do exercício		-	-	59		59	
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		1.888	-	59		1.947	
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)							
<p>1. Contexto operacional: A Associação Congregação de Santa Catarina, qualificada como Organização Social de Saúde, através do Contrato de Gestão e Operacionalização, denominado "Contrato de Gestão", firmado com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2009 assumiu a operacionalização do Ambulatório Médico de Especialidades - AME - Jardim dos Prados ("Entidade"), visando desenvolver o programa de modernização de gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 4 de junho de 1998. A Entidade localizada na Zona Sul de São Paulo, atuando como ambulatório médico de especialidades, tornando-se um centro de diagnóstico e orientação terapêutica de alta resolutividade, atendendo a população dos bairros de Cidade Ademar, Vila Campo Grande e Pedreira. O Contrato de Gestão encerrou-se em 31 de dezembro de 2014, não havendo concordância entre as partes em renová-lo. Em virtude da não renovação do Contrato de Gestão, a Entidade passará a ser administrada por outra entidade jurídica a ser nomeado pelo Estado, a partir da data de 01 de Janeiro de 2015, para assumir a gestão e operacionalização deste equipamento público e todos os bens, direitos e obrigações ficaram à disposição do órgão público. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 26 de fevereiro de 2015. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. (ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Recebíveis: Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem créditos diversos. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. (iii) Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. b. Instrumentos financeiros derivativos: Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2014 e 2013, incluindo operações de hedge. c. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolu-</p>				<p>ção tecnológica ou de outros fatores específicos. (ii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Equipamentos de processamento de dados 5 anos Instalações 10 anos Aparelhos de medicina e cirurgia 10 anos Instrumentos de medicina e cirurgia 10 anos Móveis e máquinas 10 anos Instrumentos sonoros 10 anos Benefitorias 25 anos Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. e. Ativos intangíveis: Reconhecimento, mensuração e amortização: O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. f. Redução ao valor recuperável (impairment): Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. g. Provisão, passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. h. Demais ativos circulantes e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. i. Patrimônio líquido: Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. j. Receitas - Contratos de gestão: As receitas de prestações de serviços, através do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 31 de dezembro de 2009 assumiram a operacionalização do Ambulatório Médico de Especialidades - AME - Jardim dos Prados e são registradas de acordo com seu período de competência. k. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias. l. Apuração do resultado: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. m. Receitas com trabalhos voluntários: As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não ocorreram trabalhos voluntários na Entidade. n. Gerenciamento de risco financeiro: A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 15. Estrutura do gerenciamento de risco: As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.</p>			
4. Caixa e equivalentes de caixa							
		2014	2013			2014	2013
Caixa fundo fixo		-	1			-	-
Banco conta movimento		2.269	410			2.269	410
Aplicações financeiras		-	2.861			-	2.861
		2.269	3.272			2.269	3.272
<p>A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão desta gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio aproximado em 2014 foi de 10,85% e em 2013 8,06%.</p>							
5. Imobilizado e intangível							
		2014	2013			2014	2013
Custo				Aparelhos medicina e cirurgia			
Saldo em 31 de dezembro de 2013		260	662	Instalações		527	919
Adições		14	23	Móveis e máquinas		68	132
Baixas		-	-			(2)	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		274	685	Equipamentos de dados		593	1048
Depreciação e amortização		-	-	Instrumentos Sonoros		1	724
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(55)	(143)	Benefitorias		(48)	(148)
Depreciação e amortização no período		(25)	(66)	software		(28)	(75)
Baixa		-	-	Direito uso		-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(80)	(209)	Total		(76)	(223)
Valor contábil		-	-			648	213
Em 31 de dezembro de 2013		205	519				
Em 31 de dezembro de 2014		194	476				
6. Fornecedores							
		2014	2013			2014	2013
Fornecedores de materiais e medicamentos		-	33			-	33
Fornecedores serviços médicos pessoa física e jurídica		-	295			-	295
Fornecedores serviços pessoa jurídica		-	191			-	191
		-	519			-	519
7. Obrigações trabalhistas							
		2014	2013			2014	2013
Salários e ordenados a pagar		190	162			190	162
Encargo social		78	135			78	135
Provisão para férias e encargo social		-	518			-	518
Outras a pagar		-	1			-	1
		268	816			268	816
8. Bens públicos em nosso poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 2.399 em 2014 (R\$ 2.531 em 2013) refere-se aos valores recebidos da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado de contrato de gestão, registrado no ativo. 9. Patrimônio líquido: Patrimônio social: O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelo superávit e/ou déficits acumulados. 10. Remuneração da Administração: O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à							
11. Receitas de contrato de gestão – Estadual							
		2014	2013			2014	2013
Contrato de gestão - Estadual (a)		14.965	15.509			14.965	15.509
Depreciação de "Bens públicos em nosso poder" (b)		450	406			450	406
Repasse destinado a imobilizado - Estadual		(320)	(410)			(320)	(410)
		15.095	15.505			15.095	15.505
<p>(a) Em 31 de dezembro de 2009, a Entidade celebrou um contrato de gestão e operacionalização de serviço com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, para administrar a gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 4 de junho de 1998. Este contrato estabelece o prazo de vigência determinado. A legislação estadual regulamentou a parceria com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de firmar Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), visando o gerenciamento de hospitais e equipamentos públicos de saúde. A Lei determinou ainda que os hospitais gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do SUS. A remuneração dos contratos de gestão é definida para o hospital, de acordo com suas características de atendimento, um orçamento de custeio pré-fixado, com base em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do hospital e em indicadores de organização do serviço. O contrato de gestão e operacionalização contempla a opção de renovação. Ao final do período, caso não seja renovado o contrato de gestão, OSS se tornam propriedade do Poder Concedente, e a Entidade não terá mais</p>							

continua ➤